

despacho de 7 de Novembro de 2006, se encontra aberto concurso interno de acesso geral, pelo prazo de 10 dias úteis contados a partir da data de publicação do presente aviso no *Diário da República*, para provimento de um lugar de operário qualificado principal — trolha, que se encontra vago no quadro desta autarquia.

2 — Legislação aplicável — Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de Junho, Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, aplicado à administração Local pelo Decreto-Lei n.º 412-A/98, de 30 de Dezembro, Lei n.º 44/99, de 11 de Junho, Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16 de Outubro, Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 407/91, de 17 de Outubro, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, e suas alterações, e Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro.

3 — Validade do concurso — o concurso é válido para a vaga indicada, caducando com o seu preenchimento.

4 — Conteúdo funcional — o constante do despacho da SEALOT n.º 1/90, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 23, de 27 de Janeiro de 1990.

5 — O local de trabalho será na área do município.

6 — A remuneração será a que resultar da aplicação do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16 de Outubro, e do anexo II do Decreto-Lei n.º 412-A/98, de 30 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 70-A/2000, de 5 de Maio, 77/2001, de 5 de Março, 23/2002, de 1 de Fevereiro, 54/2003, de 28 de Março, e 57/2004, de 19 de Março.

7 — Requisitos de admissão ao concurso:

São requisitos gerais de admissão ao concurso os constantes do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de Junho;

São requisitos especiais os referidos no n.º 2 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 412-A/98, de 30 de Dezembro, com a nova redacção dada pela Lei n.º 44/99, de 11 de Junho.

8 — Condições de candidatura — poderão candidatar-se todos os funcionários das entidades abrangidas pelo artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, independentemente do serviço ou organismo a que pertençam, de entre operários qualificados — trolhas com, pelo menos, seis anos na categoria e classificação de serviço não inferior a *Bom* e que reúnam os demais requisitos, a que se refere o n.º 7 deste aviso.

9 — Formalização das candidaturas — as candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento, dirigido ao presidente da Câmara Municipal de Fornos de Algodres, podendo ser entregue pessoalmente, na Repartição de Recursos Humanos, no período de expediente, ou remetido pelo correio com aviso de recepção, para Município de Fornos de Algodres, Estrada Nacional n.º 16, 6370-999 Fornos de Algodres, expedidos até ao termo do prazo fixado neste aviso para apresentação de candidaturas, devendo constar do mesmo a indicação dos seguintes elementos:

a) Indicação completa (nome, filiação, naturalidade, nacionalidade, data de nascimento, estado civil, morada completa, número, data e serviço emissor do bilhete de identidade, número fiscal de contribuinte e número de telefone);

b) Habilitações académicas;

c) Identificação do concurso a que se candidata, devendo referir o *Diário da República* em que foi publicado o presente aviso;

d) Declaração, em alíneas separadas, no próprio requerimento, sob compromisso de honra, sobre a situação precisa em que se encontra, relativamente a cada uma das condições a que se referem as alíneas a), b), c), d), e) e f) do n.º 2 do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, pelo que ficam dispensados de apresentação dos respectivos documentos e, bem assim, quaisquer outros elementos que os candidatos considerem passíveis de influir na apreciação do seu mérito ou que possam constituir motivo de preferência legal, os quais só serão tidos em conta pelo júri se devidamente comprovados;

e) Devem constar, ainda, do requerimento a experiência profissional, a menção da categoria, serviço a que pertence, natureza do vínculo, tempo de serviço efectivo na categoria e na carreira, o escalão e o índice de vencimento reportados à data do termo do prazo de apresentação das candidaturas;

f) Classificação de serviço obtida na categoria de operário qualificado — trolha.

9.1 — Os requerimentos de admissão deverão ser acompanhados da seguinte documentação, sob pena de exclusão:

a) Fotocópia do bilhete de identidade, fotocópia do número fiscal de contribuinte e documento comprovativo das habilitações académicas;

b) Declaração, emitida pelos serviços competentes, comprovativa das situações referidas nas alíneas e) e f) do n.º 9, se não for funcionário do município de Fornos de Algodres.

9.2 — Os candidatos funcionários do município de Fornos de Algodres ficam dispensados da apresentação dos documentos referidos nas alíneas a) e b) do n.º 9.1 deste aviso por se encontrarem arquivados no seu processo individual, devendo mencionar esse facto no requerimento.

9.3 — As falsas declarações prestadas pelos candidatos serão punidas nos termos da lei.

10 — Método de selecção — entrevista profissional de selecção.

11 — Os critérios de avaliação e os factores de ponderação do método de selecção, bem como o sistema de classificação final, incluindo a respectiva fórmula classificativa, constarão da acta de reunião do júri do concurso a realizar para o efeito, a qual será facultada aos candidatos sempre que solicitada.

12 — A classificação final será a correspondente à que for obtida na avaliação da entrevista profissional de selecção, sendo excluídos os candidatos que obtiverem classificação final inferior a 9,5 valores.

13 — Publicação das listas — a relação de candidatos admitidos será afixada na Repartição de Recursos Humanos, no edifício dos Paços do Município, e poderá ser consultada durante as horas normais de expediente, nos termos do artigo 33.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, não havendo candidatos excluídos ou, então, após a conclusão do procedimento previsto no artigo 34.º, desde que haja candidatos excluídos. Estes serão notificados, por ofício registado, nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 34.º ou nos termos da alínea b) do mesmo artigo, através de publicação no *Diário da República*, conforme o número de candidatos.

A lista de classificação final é notificada aos candidatos, nos termos das alíneas a) e b) do artigo 40.º, consoante o número de candidatos, e para os efeitos previstos no artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de Junho.

14 — Os candidatos admitidos serão convocados de acordo com o artigo 35.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, sendo indicados o dia, a hora e o local da realização do método de selecção, com a devida antecedência.

15 — O júri do concurso será constituído da seguinte forma:

Presidente — Professor Agostinho Gomes Amaral Freitas.

Vogais efectivos:

Dr. José Ângelo Duarte Andrade, técnico superior assessor principal.  
Engenheiro Paulo Manuel das Neves Santos, engenheiro civil.

Vogais suplentes:

José Mário Almeida Fonseca, encarregado de pessoal.

Américo Dias Almeida Feio, encarregado de parques de máquinas e viaturas.

O presidente do júri será substituído, nas suas faltas e impedimentos, pelo 1.º vogal efectivo.

16 — Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

7 de Novembro de 2006. — O Presidente da Câmara, *José Severino Soares Miranda*.  
1000307805

## CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

### Aviso

#### Reclassificações profissionais

Por despacho de 24 de Outubro de 2006 do director municipal de Recursos Humanos (subdelegação de 6 de Junho de 2006, *Boletim Municipal*, n.º 643, de 16 de Junho de 2006):

Foi Paulo Sérgio Costa Pinto, técnico de informática do grau I, nível I, em comissão de serviço extraordinária, reclassificado profissionalmente, nos termos do n.º 3 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, como técnico de informática do grau I, nível I, do grupo de pessoal de informática do quadro de pessoal deste município.

Foi Cristiano Jacinto de Castro Fernandes, técnico de informática do grau I, nível I, em comissão de serviço extraordinária, reclassifi-

cado profissionalmente, nos termos do n.º 3 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, como técnico de informática do grau 1, nível 1, do grupo de pessoal de informática do quadro de pessoal deste município.

6 de Novembro de 2006. — O Director Municipal de Recursos Humanos, *Luís Centeno Fragoso*. 3000219591

## Aviso

### Reclassificação profissional

Por despacho de 20 de Outubro de 2006 do director municipal de Recursos Humanos (subdelegação de 6 de Junho de 2006, *Boletim Municipal*, n.º 643, de 16 de Junho de 2006), foi Carla Alexandra Leitão Carvalho Rocha, técnica de 2.ª classe, nomeada, em comissão de serviço extraordinária, para efeitos de reclassificação, nos termos do n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 218/2000, de 9 de Setembro, como técnica superior de 2.ª classe do grupo de pessoal técnico superior do quadro de pessoal deste município.

6 de Novembro de 2006. — O Director Municipal de Recursos Humanos, *Luís Centeno Fragoso*. 3000219595

## Aviso

### Licenças de longa duração

Para os devidos efeitos se torna público que, por despacho da vereadora Marina Ferreira, foram deferidas as licenças de longa duração de:

Raquel Casanova Dias Gonçalves Martins, técnica profissional de sanitário de 1.ª classe, com efeitos a partir de 19 de Julho de 2006.

Luís Paulo Melo de Almeida e Silva, técnico superior jurista principal, com efeitos a partir de 19 de Setembro de 2006.

Joaquim Fonseca Santos, cantoneiro de limpeza, com efeitos a partir de 1 de Outubro de 2006.

8 de Novembro de 2006. — O Director Municipal de Recursos Humanos, *Luís Centeno Fragoso*. 3000219701

## Aviso

### Contrato administrativo de provimento

Por despacho de 6 de Novembro de 2006 do director municipal de Gestão de Recursos Humanos (subdelegação de 6 de Junho de 2006, *Boletim Municipal*, n.º 643, de 16 de Junho de 2006), foi com Maria da Conceição Rodrigues Duarte Augusto celebrado contrato administrativo de provimento, como técnica superior (línguas e literaturas modernas) estagiária do grupo de pessoal técnico superior.

9 de Novembro de 2006. — O Director Municipal de Recursos Humanos, *Luís Centeno Fragoso*. 3000219695

## Aviso

### Nomeações

Por despacho de 6 de Novembro de 2006 do director municipal de Gestão de Recursos Humanos (subdelegação de 6 de Junho de 2006, *Boletim Municipal*, n.º 643, de 16 de Junho de 2006), foram Alice Isabel Pato Ferreira, Maria Luísa Rodrigues Lima, Fátima Maria Tomé Rodrigues Brito, Marisa Isabel Fernandes, Mónica de Oliveira Bento, Mara Lisa Ferreira Borges, Mónica Andreia Rodrigues de Oliveira e Patrícia Maria Amaral Ribeiro nomeadas, precedendo concurso externo de ingresso, telefonistas do grupo de pessoal auxiliar do quadro de pessoal deste município.

Por despacho de 6 de Novembro de 2006 do director municipal de Gestão de Recursos Humanos (subdelegação de 6 de Junho de 2006, *Boletim Municipal*, n.º 643, de 16 de Junho de 2006) foram Isabel Maria Monteiro Rua Pinto O'Neill, Isabel do Nascimento Pimentel, Isabel Maria do Nascimento Santana, João José da Silva Pissarra, Josefa Caeiro Rosado, Luísa Maria Serra Ventura, Maria Amélia de Almeida Teotónio Coutinho Viana, Maria Cármen Ferreira, Maria da Conceição Passos da Costa de Lucena Ribeiro, Maria Isabel Gonçalves Matias Niny dos Santos, Maria Manuela Neves Moutinho Machado, Maria Manuela da Silva Alves Martins e Maria Teresa de Barros Lima Nunes Guerreiro, técnicos superiores (serviço social) assessores do grupo

de pessoal técnico superior, nomeados, precedendo concurso, técnicos superiores (serviço social) assessores principais do grupo de pessoal técnico superior do quadro de pessoal deste município.

Por despacho de 6 de Novembro de 2006 do director municipal de Gestão de Recursos Humanos (subdelegação de 6 de Junho de 2006, *Boletim Municipal*, n.º 643, de 16 de Junho de 2006) foi Luís Filipe Moreira Vidal, impressor de artes gráficas principal do grupo de pessoal operário, nomeado, precedendo concurso, encarregado de oficinas gráficas do grupo de pessoal operário do quadro de pessoal deste município.

9 de Novembro de 2006. — O Director Municipal de Recursos Humanos, *Luís Centeno Fragoso*. 3000219697

## Aviso

### Nomeações

Por despacho de 6 de Novembro de 2006 do director municipal de Recursos Humanos (subdelegação de 6 de Junho de 2006, *Boletim Municipal*, n.º 643, de 16 de Junho de 2006):

Foram Hélder Manuel Martins Dias e José Alberto Rebolho Morgado, engenheiros técnicos agrários principais, nomeados, precedendo concurso, engenheiros técnicos agrários especialistas do grupo de pessoal técnico do quadro de pessoal deste município.

Foi Rui Manuel Pereira Soares Simão, engenheiro biofísico de 2.ª classe, nomeado, precedendo concurso, engenheiro biofísico de 1.ª classe do grupo de pessoal técnico superior do quadro de pessoal deste município.

9 de Novembro de 2006. — O Director Municipal de Recursos Humanos, *Luís Centeno Fragoso*. 3000219698

## CÂMARA MUNICIPAL DE LOURES

### Aviso n.º 203/DGP/2006

#### Nomeação em comissão de serviço extraordinária de Maria de Deus Martins Malhadas Mendes

Para os devidos efeitos, torna-se público que, por despacho superior de 9 de Outubro de 2006, a funcionária Maria de Deus Martins Malhadas Mendes, com a categoria de auxiliar administrativo, é nomeada em comissão de serviço extraordinária, ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, aplicado às autarquias locais por força do Decreto-Lei n.º 218/2000, de 9 de Setembro, na categoria de assistente administrativo, escalão 1, índice 199.

25 de Outubro de 2006. — Por Subdelegação de Competências do Vereador do Departamento de Recursos Humanos, a Directora do Departamento de Recursos Humanos, *Cristina Silva*. 3000219548

## CÂMARA MUNICIPAL DE MARCO DE CANAVESES

## Aviso

### Licença sem vencimento

No uso das competências que me foram delegadas, de acordo com a Lei n.º 169/99, de 16 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, para os devidos efeitos se torna público que, por meu despacho de 30 de Outubro de 2006, foi deferido o pedido de licença sem vencimento até 90 dias, depois da prévia ponderação da conveniência de serviço, ao funcionário José António Pinto de Vasconcelos, com a categoria de trolha, de acordo com o artigo 74.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, com início em 6 de Novembro de 2006. (Isento de visto de Tribunal de Contas.)

2 de Novembro de 2006. — O Vereador, com competências delegadas, *José António Carvalho Soares Mota*. 1000307721

## Aviso

### Direito de acesso à carreira

No uso das competências que me foram delegadas, de acordo com a Lei n.º 169/99, de 16 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, torno público que, por despacho do pre-